

Revisões sobre o ensino de literatura com a inserção da literatura afro-brasileira na escola básica

Andréa Portolomeos¹
Glauco Soares Joaquim²

Resumo

Esta comunicação se insere no âmbito de um projeto de pesquisa, financiado pela FAPEMIG, para inovação na escola básica. Visa discutir metodologias tradicionais no ensino de literatura, como o ensino de base historicista a partir do qual as características das escolas literárias e seus autores têm prevalência sobre a leitura do texto literário em si, buscando o fortalecimento de novas metodologias que priorizem a leitura do texto literário e a produção de sentidos mais ampla na recepção desses textos na sala de aula. Esse direcionamento metodológico, que tem por base as teorias recepcionais da leitura literária, pretende contribuir para uma relação mais produtora dos discentes com a literatura, na medida em que essa passa a dialogar com as realidades objetivas e subjetivas dos alunos, ampliando suas formas de entendimento e expressão sobre o mundo e a vida. Ainda nesse viés da revisão de metodologias tradicionais, este trabalho visa discutir a necessária abertura e ampliação do cânone tradicional da literatura brasileira nos currículos escolares, tendo em vista a necessária representatividade da maioria de nossos alunos das escolas públicas, constituída por pessoas negras e indígenas, que vivenciam graves problemas oriundos de uma sociedade de base escravagista. Promover essa representatividade nas aulas de literatura constitui um importante caminho tanto para o letramento literário, quanto para a formação do leitor-fruidor, como requer a BNCC, pois a probabilidade do leitor se deixar afetar pelo texto que dialoga com sua realidade é muito maior. O referencial teórico do trabalho se respalda em autores que discutem: 1- a recepção específica do texto literário, como Jauss e Jouve; 2- o letramento literário, como Paulino; 3- a educação antirracista, como bell hooks; 4- o pacto da branquitude, como Cida Bento; o racismo estrutural, como Silvio Almeida e Lilia Schwarcz. Esta comunicação contribui para o debate de práticas de educação da sensibilidade e ações antirracistas e interculturais na sala de aula e na sociedade através do ensino de literatura.

Palavras-chave: escola básica; ensino de literatura; metodologias de ensino de literatura; formação do leitor literário; educação antirracista.

Introdução

A crise da experiência estética com o texto literário na educação básica e a necessidade de garantir essa experiência nas salas de aula vêm sendo discutidos há décadas por eminentes pesquisadores como Regina Zilberman, Antonio Candido, Graça Paulino, Rildo Cosson, Benedito Antunes, Leyla Perrone Moisés entre outros. Temos contribuído com esse debate na perspectiva de um ensino de literatura, respaldado pelo campo da teoria literária, que dialogue

¹ Doutorado. Docente e coordenadora de Projeto para inovação na escola básica. UFSJ. portolomeos@ufsj.edu.br

² Mestrado. Docente e membro de Projeto para inovação na escola básica. SSE- MG. glaucosojsoares@gmail.com

com as demandas da BNCC e da escola pública de hoje. Nossos resultados apontam para o fato de que o ensino de literatura, prevalente em nossas escolas e nos materiais didáticos na contemporaneidade, está pautado em metodologias que não favorecem o letramento literário, distanciando o aluno ainda mais da literatura num contexto marcado pela cultura digital. Trata-se de metodologias que também não valorizam a representatividade discente, o que também se torna um enorme dificultador da formação do leitor-fruidor.

Nossa proposta para pensar um novo ensino de literatura tem como base o pensamento de Antonio Candido, segundo o qual o texto literário tem valor incompressível, assim como o alimento e a moradia, tendo em vista que a imaginação, a fabulação, nos constitui enquanto sujeitos. Através dele, narramos melhor a nós mesmos e, nesse sentido, compreendemos por que eles nos confortam desde a infância já que sua estrutura nos ajuda a criar sentidos para nossas próprias vidas. Ainda segundo Candido, o texto literário é capaz de descortinar graves problemas sociais na medida em que pode dar visibilidade à miséria, à servidão e à mutilação espiritual, implicando o leitor como sujeito comprometido com essa realidade através da empatia promovida no ato de leitura. Desse modo, o texto literário se revela como uma importante via para o enfrentamento de questões urgentes, presentes no contexto escolar hoje, como a desigualdade étnico-racial.

A linguagem literária, pela sua própria natureza, pode trabalhar com a desmobilização de conteúdos e valores arraigados, como os preconceitos estruturais em nossa sociedade de base patriarcal e escravagista. De acordo com Wellek e Warren, no discurso literário, o plano de significação se expande para além do que está estabelecido. Desse modo, o que é apreendido quando se lê uma obra certamente ultrapassa o referente estabelecido na linguagem cotidiana, ganhando múltiplas significações capazes de subverter “verdades” históricas e sociais. Aqui também podemos retomar Jauss e Jouve para os quais o texto literário, em sua construção, deve convidar o receptor a ultrapassar seu conhecimento de mundo.

Nesse mesmo viés, a professora Leyla Perrone-Moisés destaca que o reconhecimento do potencial libertador da experiência estética está atrelado a um “projeto emancipador da sociedade”, uma vez que a literatura impulsiona o sujeito para a experiência da alteridade, para a sensibilidade em relação à afirmação da diversidade que constitui uma sociedade mais igualitária. A pesquisadora nos lembra que Barthes defende a literatura como fonte de saberes, e assim, o texto artístico, na medida em que remete para universos e sentimentos tão distintos, promove uma “reflexividade infinita” sobre as diferenças que nos constituem individual e socialmente.

Novas metodologias para o ensino da literatura hoje

Nas nossas licenciaturas, os futuros professores devem ser preparados para trabalharem com as especificidades da leitura texto literário no ensino básico, entendida como experiência diferente da experiência de leitura dos textos pragmáticos pelo fato de mobilizar o imaginário, a criatividade, a fantasia, a emoção e a empatia e ainda pelo fato de expandir a percepção de mundo do aluno através de novas perspectivas oferecidas pelo texto nas suas múltiplas possibilidades de leitura. Entretanto, o que percebemos é uma grande dificuldade para o ensino da leitura literária na escola, o que pode ser visto na continuidade de velhas metodologias, na sala de aula do ensino básico, que não dialogam com as demandas dos tempos atuais.

Pensar em novas metodologias para o ensino de literatura, significa tanto entender que a leitura literária pode ser ensinada e aprendida, quanto destacar a importância da Teoria Literária para tal. Segundo a pesquisadora Maria Borba, Wolfgang Iser, investigando os efeitos gerados pela leitura literária, se utiliza das ideias da psicologia de Gestalt a respeito da teoria de foreground e background. Tal teoria defende que as ideias pertencentes ao campo pragmático, da previsibilidade, e vivenciadas no cotidiano são estruturas pertencentes no foreground. Em contrapartida, ideias não usuais, que extrapolam a experiência cotidiana, pertencem ao campo do background. Assim, podemos perceber a influência da percepção pragmática cotidiana na ausência de percepção da imagem de fundo de um texto e na estruturação da figura principal em primeiro plano. A leitura literária faz com que essas posições se modifiquem. Desse modo, aquilo que antes pertencia ao fundo passa a ter o status da figura principal. Para Iser, “não só o background é variável, como também sua significação se transforma, de acordo com as novas perspectivas ocasionadas pelos elementos do foreground; o familiar facilita nossa compreensão do não familiar, mas o não familiar, por seu turno, reestrutura nossa compreensão do familiar.”(ISER apud BORBA, 2007, p.94). O teórico alemão argumenta que o efeito causado pela leitura literária gera consequências sobre o sistema pragmático a que estamos submetidos, na medida em que o leitor passa a se questionar e a questionar as automatizações a que estamos sujeitos mediante a organização do seu imaginário a partir da obra literária.

Dessa maneira, acreditamos que a melhor opção metodológica para se trabalhar a literatura na escola hoje está respaldada nas teorias literárias com ênfase nas teorias recepcionais, sobretudo nas ideias de Hans Robert Jauss, Luiz Costa Lima e Vincent Jouve, a

partir das quais se pode inferir que uma satisfatória aula de literatura deve estimular interpretações individualizadas da ficção ligadas tanto às experiências particulares de mundo, quanto às revisões de uma concepção limitada e limitante da vida. Em aulas assim, pratica-se a significação do texto segundo o imaginário e a vivência pessoal do aluno que também ressignifica sua realidade a partir das múltiplas possibilidades de leituras do texto em sala de aula. Desprovido da pretensiosa e inócua “resposta certa” para o texto literário, esse tipo de leitura - que prevê múltiplas construções de sentido a partir das mobilizações emocionais de cada leitor - é também um exercício de respeito à diversidade, às diferenças, o que promove a construção de uma sociedade mais tolerante e mais igualitária.

Nessa esteira, o corpo a corpo com o texto deverá ser observado e a leitura sempre deverá ser mediada pelo professor que, tendo em vista o problema da desigualdade étnico-racial nas escolas, deve priorizar as escritas de autoras e autores negros e indígenas no universo da literatura afro-brasileira e indígena. De acordo com a professora da escola básica pública do estado do Rio de Janeiro e educadora antirracista Lavini Castro, professores brancos podem e devem ter um lugar social no combate ao racismo, tendo em vista que todos nós, docentes, devemos defender uma sociedade mais justa. Ainda segundo a professora, a atuação dos brancos na promoção da igualdade racial na escola deve oportunizar a fala das pessoas não brancas na sala de aula, observando sempre se um aluno branco impede ou interrompe a fala de alunos não brancos, reafirmando o silenciamento histórico sofrido por pessoas não brancas.

O preconceito étnico-racial no Brasil está intimamente ligado à nossa história conforme discutem vários autores especialistas nessa temática como Lilia Schwarcz, Lélia González, Silvio Almeida, Beatriz Nascimento, Cida Bento, Kabengele Munanga dentre outros. Desde o período colonial até os dias atuais, o racismo e a discriminação racial foram (e ainda são) estruturantes da sociedade brasileira, moldando suas instituições, práticas sociais e relações interpessoais. Como nos ensina Schwarcz, o Brasil foi uma das maiores colônias escravistas do mundo, recebendo cerca de 4 milhões de africanos entre os séculos XVI e XIX. Esses africanos eram vistos como propriedade, e sua condição de escravidão foi legitimada pela ideia eurocêntrica de que as pessoas negras eram "inferiores" e, portanto, deveriam ser subjugadas, o que permaneceu no imaginário brasileiro, configurando o chamado racismo estrutural de nossa sociedade, discutido por Silvio Almeida. Ainda segundo Schwarcz, em 1888, a Lei Áurea aboliu formalmente a escravidão, entretanto os negros foram abandonados à própria sorte, sem que houvesse uma política para a inclusão social dos ex-escravizados. Esse fato gerou um legado importante de pobreza, exclusão e marginalização agravado, no século XX, pelo mito

da “democracia racial”, que podemos ler em Gilberto Freyre, por exemplo, e em outros intelectuais, segundo o qual as relações entre brancos e negros no Brasil seriam mais harmoniosas do que em outras partes do mundo. Todavia, diferente do que apregoava Freyre, o processo de mestiçagem entre nós não levou à igualdade, mas gerou uma hierarquia de etnias, com os brancos no topo e os negros e indígenas na base.

Conforme esclarece Laurentino Gomes, a elite brasileira, composta majoritariamente por brancos, sempre procurou preservar seu status e seu poder, utilizando o racismo como uma ferramenta para manter a ordem social. A imagem do “branco mestiço” foi promovida como uma forma de atenuar a distinção entre as raças, mas, na prática, os negros e indígenas continuaram a ser tratados como inferiores. Segundo o autor, no Brasil, o racismo também se entrelaça com o classismo. Embora o sistema de classes sociais tenha sido formado por múltiplos fatores, a cor da pele de uma pessoa continua a ser um dos maiores fatores para sua posição na sociedade. Os negros e indígenas são desproporcionalmente representados nas camadas mais pobres da população, mesmo quando possuem as mesmas qualificações que os brancos. Com o movimento de modernização do país, essa desigualdade só foi acentuada, de acordo com Gomes.

Embora o Brasil tenha avançado em termos de direitos civis e na promoção da igualdade formal, o racismo permanece uma constante na vida cotidiana da maior parte dos brasileiros, composta por pretos, pardos e indígenas. Como denuncia Gomes, o sistema de justiça, as escolas, os meios de comunicação e o mercado de trabalho continuam a refletir as desigualdades herdadas da escravidão. Assim, as ações deste Programa, fortalecendo o projeto de pesquisa em andamento, se justificam como forma de luta para a conscientização das pessoas negras, pardas e indígenas sobre os problemas estruturais enfrentados por elas. Pelo fato de levar essa discussão para salas de aula da escola básica pública, através das aulas de literatura, essas ações também auxiliam no desenvolvimento de políticas públicas que fomentam a igualdade racial e o reconhecimento da contribuição histórica dos negros e indígenas na construção do país. Nesse sentido, as novas metodologias propostas ajudam a fortalecer os necessários movimentos de resistência negra e indígena, como o quilombismo, a luta contra o marco temporal, a promoção das cotas raciais como forma de reparação históricas dos povos escravizados e outros. Outro ponto a ser destacado é o fato das novas metodologias aqui propostas colaborarem para o enfrentamento da evasão escolar dos grupos subalternizados pela cultura hegemônica branca.

Sabe-se que a falta de representatividade desses grupos nas escolas públicas repercute no desinteresse dos alunos pelas disciplinas e pela escola. Infelizmente, apesar da Lei 11.645/

2008 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determinarem o trabalho com a história e a cultura afro-brasileira e dos povos originários, os livros didáticos e currículos escolares não contemplam suficientemente essa determinação. Assim, aulas de literatura que promovam a experiência estética com o texto literário afro-brasileiro e indígena são necessárias para a permanência desses grupos na escola, como vem sendo observado em nossas pesquisas sobre o ensino de literatura na escola básica.

Cabe dizer ainda que as novas práticas para o ensino da leitura literária estão centralizadas no leitor real, diferindo do modo como esse conteúdo era ou ainda é trabalhado por muitos docentes nas escolas básicas, baseado numa perspectiva hermenêutica da leitura literária, segundo a qual há um sentido geral no texto que deve ser percebido igualmente por todos os alunos. Por outro lado, as novas metodologias aqui propostas demanda a produção subjetiva de sentidos para o texto e a socialização de diferentes leituras, tendo em vista o amadurecimento socioemocional dos discentes que se tornam mais aptos para aceitar modos de pensar e culturas diferentes das suas. Assim, é importante que ações como essa sejam permanentemente construídas na prática de ensino de literatura. Essa prática, além de desmobilizar práticas de ensino recorrentes e insuficientes, está amparada por bell hooks que, no livro **Ensinando a Transgredir**, discute um tipo de ação pedagógica “entusiasmada” na sala de aula que consiste em dar voz aos alunos. Segundo a autora, o entusiasmo está presente na escola quando o docente coloca o conhecimento como algo horizontal para o qual todos podem e devem contribuir através de suas vivências individuais.

Cabe acrescentar o declínio da experiência estética nas salas de aula do ensino básico persiste mesmo após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, que, em seus avanços como documento oficial da educação brasileira, orienta para a prática do ensino de literatura desde os anos iniciais do ensino fundamental, resguardando as especificidades dessa linguagem em relação ao texto pragmático. Esse declínio se mantém, em larga escala, também em material didático aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), na formação dos discentes das licenciaturas em Letras e na formação continuada do professor da escola básica. Entendemos que esse problema se relaciona fortemente à ideologia do utilitarismo para a formação humana que perpassa nossa sociedade, nossos currículos escolares e também nossas diretrizes para a educação. Nessa esteira, temos debatido sobre os impasses e as contradições que a BNCC apresenta para o ensino de literatura na escola. A Base tende a privilegiar conteúdos considerados mais úteis para uma formação prática do aluno. Ou seja, a leitura de fruição, a experiência estética literária, movidas pelo imaginário individual,

são relegadas a uma segunda ordem, embora esses termos apareçam no documento oficial. Nesse mesmo viés, o fato de a literatura não constituir área específica na Base, estando esse conteúdo subordinado à área de Língua Portuguesa, já evidencia o desprestígio do campo emocional como conteúdo formador. Assim, não é raro notar que a literatura vem sendo trabalhada como pretexto para o ensino de gêneros textuais pragmáticos, o que percebemos em análise de material didático bastante utilizado pelas nossas escolas públicas.

Considerações finais

Esperam-se, com este debate, os seguintes resultados: 1- o entendimento mais amplo sobre um tipo de conhecimento específico, a experiência estética literária de textos da literatura afro-brasileira e indígena, na formação inicial e continuada dos professores da escola básica, de maneira que esses discentes e docentes possam promover novas metodologias para o ensino de literatura na escola pública que hoje enfrenta uma grave crise na sua prática; 2- a superação - através de metodologias e práticas inovadoras para o ensino de literatura que consistem em trabalhar temáticas sociais urgentes na perspectiva da recepção individual e da consequente desmobilização de preconceitos arraigados - das desigualdades étnico-raciais na escola; 3- a promoção de uma educação básica emancipadora para nossas crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade socio-econômica; 4- o fortalecimento da relação entre universidade e sociedade na apresentação de soluções para problemas de relevância social, como é o caso de um ensino de literatura insuficiente e a presença da desigualdade étnico-racial na escola; 5- a aproximação do professor da escola básica pública com a universidade que passa a ser buscada por ele na resolução de problemas escolares; 6- a promoção de uma leitura crítica tanto do nosso contexto histórico promotor de uma perspectiva de ensino voltada sobretudo para a vida prática em sociedade, o que desconsidera a importância do conteúdo emocional para uma plena formação humana, quanto das orientações oficiais para a educação, no que diz respeito ao ensino de literatura; 7- a consolidação de uma educação mais inclusiva e antirracista que, através do trabalho com textos literários, deem visibilidade para as culturas não hegemônicas que constituem a maioria da população de nosso país e a maioria de nossos alunos das escolas públicas.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- BARTHES, Roland. O prazer do texto. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. MEC/Secretaria de Educação Básica. Disponibilidade em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso em: 27 agosto 2024.
- BORBA, Maria Antonieta Jordão de Oliveira. Uma estética do performativo: concepção de literatura pela Teoria do efeito estético. Revista de Letras (UNESP. Impresso), v. 47, p. 57-73, 2007.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: Vários escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- COLOMER, Teresa. Andar entre livros: a leitura literária na escola. Rio de Janeiro: Global, 2007.
- COSTA LIMA, Luiz. A literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: Global, 2019.
- GOMES, Laurentino. Box Trilogia Escravidão. Rio de Janeiro: Globo, 2024.
- GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. São Paulo: Zaar, 2020.
- JAUSS, Hans Robert. A história da literatura como provocação à teoria literária. São Paulo: Ática, 1994.
- JOUBE, Vincent. A leitura: estudo de literatura. São Paulo: Unesp, 2002.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. São Paulo: Autêntica, 2019.
- PAULINO, Graça. Leituras literárias: discursos transitivos. São Paulo: Autêntica, 2007
- SCHWARCZ, Lilia. Imagens da branquitude: A presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.
- WELLEK, René; WARREN, Austin. Teoria da literatura. Rio de Janeiro: Publicações europa- américa, 1986.